

O CURSO DE GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Soraya CÔRTEZ¹
Marília RAMOS²
André MARENCO³

Introdução

O presente artigo tem como objetivo principal apresentar as principais características e desafios do curso de Bacharelado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Acredita-se que a leitura do artigo sirva como referência para a constituição de outros cursos na área, bem como para a análise comparativa com outros cursos da mesma área que existem no Brasil na atualidade. Poderá ser útil, também, para o debate interinstitucional com outras IES que estejam implementando novos cursos na área e que, no momento, visam consolidá-los.

Especificamente, o artigo está dividido em 4 seções. A primeira versa sobre a origem do curso, onde são destacadas as principais motivações, em nível mais amplo e geral e em nível mais específico (realidade específica da UFRGS), para a formulação e implementação deste curso de graduação na área de políticas públicas.

A segunda seção do artigo versa sobre a estrutura do curso, com ênfase na proposta pedagógica e estrutura curricular, bem como no perfil dos futuros egressos. São apontadas, na seção, as especificidades do referido curso quanto à carga horária e a tônica das disciplinas obrigatórias e eletivas, salientando também a organização quanto aos estágios.

A terceira e última seção apresenta algumas considerações a serem contempladas nas etapas futuras, como requisitos e metas para a consolidação do curso.

Origem e motivações para sua formulação e implementação

¹ Doutora em Social Policy And Administration pelo London School Of Economics And Political Science, Inglaterra(1995). Professora Associada do depto de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Brasil. Pesquisadora 2A do Cnpq. soraya.cortes@ufrgs.br

² Doutora em Sociologia pela Purdue University, Estados Unidos(2001). Pós-doutoramento em análise quantitativa de políticas públicas na Universidade do Texas-EUA em 2006. Professora Adjunta do depto. de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. ramosm68@yahoo.com.br

³ Doutor em Ciência Política pela UFRGS. Professor Associado I do depto de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador 2A do Cnpq. amarenco@terra.com.br

O curso de graduação em Políticas Públicas da UFRGS iniciou no primeiro semestre de 2010 e deverá fechar um primeiro ciclo completo de oito semestres ao final de 2013. O curso foi criado graças aos incentivos oferecidos pelo Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), tais como possibilidade de aumento do número de vagas de professores nos Departamentos envolvidos, melhorias nas instalações (sala de aulas, recursos informáticos) e nas bibliotecas, entre outros. A opção por aproveitar essa oportunidade para criar um curso de políticas públicas deveu-se à constatação de que, a partir da década de 90 do século passado cresceu a necessidade de capacitação de pessoal para a análise e ação nessa área, que estava em franca expansão.

A consolidação da importância acadêmica, social e política da área de políticas públicas está relacionada, ao menos em parte, às transformações ocorridas nos processos decisórios e de implementação de políticas ocorridas nos últimos anos no País. Em primeiro lugar, merecem destaque a constituição de mecanismos de democratização da gestão pública, o incremento na competição eleitoral e na responsabilização das autoridades governamentais e o impacto dessas mudanças sobre o modo de alocação de recursos públicos e investimento social. Além da constituição de mecanismos tradicionais de participação política, no Brasil, há inúmeras experiências de planejamento e gestão participativas (orçamentação participativa, conselhos gestores de políticas públicas, entre outras). A legislação criou instrumentos de responsabilização de governantes por seus atos administrativos, o que tem estimulado a profissionalização dos processos decisórios governamentais. Os processos de descentralização em diversas áreas de ação governamental colocaram as instâncias sub-nacionais no centro do processo de implementação de políticas. Particularmente, os municípios se ressentem da falta de quadros habilitados para a análise e para a ação em contextos nos quais se tornaram o principal caudatário da transferência de funções, anteriormente vinculadas à esfera federal de administração. Alterações nas regras que organizam as relações entre o setor público e o privado, a implantação de marcos regulatórios e a modificação dos arranjos para o financiamento da provisão e para a própria provisão de bens e serviços públicos, passaram a demandar profissionais capacitados para analisar e atuar como formuladores e gestores de políticas, programas e projetos no âmbito das políticas públicas.

Em segundo lugar, desde meados da década de 80 do século passado vêm sendo implantadas, no Brasil, políticas voltadas para a construção de um sistema de proteção social abrangente. Expandiram-se os gastos e o número de pessoas beneficiadas com bens e serviços financiados com recursos públicos, cuja provisão é, em grande parte, e

crescentemente, privada. Nos anos 90 e na presente década, houve: o reforço da oferta de serviços sociais básicos, de caráter universal, envolvendo os programas de previdência social, saúde, educação, assistência social, habitação e saneamento; a ênfase nos programas de trabalho, emprego e renda, voltados para gerar novas oportunidades de trabalho e eliminar formas socialmente discriminatórias ainda prevalentes no mercado de trabalho; a forte ênfase em programas prioritários, voltados para o combate à pobreza, através de uma mescla entre programas universais e programas focalizados (DRAIBE, 2002).

O impacto social do crescimento do sistema de proteção brasileiro não é desprezível, nem em termos da diminuição das desigualdades, nem no aumento de organizações públicas e privadas envolvidas no financiamento, planejamento, implementação, gestão e avaliação das ações desse sistema. Embora as desigualdades sociais continuem imensas no País, não há dúvidas de que, desde 2002, elas se atenuaram (MEDEIROS et al., 2007). Mesmo que o sistema de proteção social não seja o único responsável por tais resultados, não há dúvidas sobre o impacto positivo do aumento do gasto social público⁴ e da implementação de programas de transferência de renda como o Bolsa Família, que atinge cerca de 50 milhões de brasileiros, ou da extensão da previdência social para as populações da área rural.

A atuação governamental, nas duas últimas décadas, ampliou-se também na área de segurança pública, principalmente através de práticas punitivas, expressas no aumento do encarceramento no País. No entanto, as análises sobre o fenômeno da violência têm apontado a necessidade de examiná-lo através de uma perspectiva multidisciplinar, para que as ações dos gestores e operadores da área incorporem as preocupações com grupos em situação de vulnerabilidade social e com a persistência de graves violações de Direitos Humanos. O estudo do fenômeno da violência e as ações implementadas têm se articulado às áreas de políticas sociais, marcadamente as de educação e de saúde. Sob essa nova ótica foi criado Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), em 2003, para integrar as ações federais, estaduais e municipais na área da segurança pública, com o objetivo de prevenir, criar meios que possibilitem a análise do fenômeno da violência, o planejamento de estratégias, a avaliação e o monitoramento de ações.

⁴ Em 1995, o gasto social público correspondia a 21% do PIB nacional: 11% no nível federal; 5%, no estadual; e 4%, no municipal (FERNANDES, et al., 1998). Observe-se que entre 1995 e 2005, o gasto social federal evoluiu de 11% para 14% do PIB nacional (CASTRO et al., 2007).

O crescimento do papel dos governos e a expansão das políticas sociais tiveram ainda, como conseqüência, o aumento do número de pessoas ocupadas na administração pública no País. Em 1992, 4,5% das pessoas ocupadas, com dez anos ou mais, estavam empregadas no setor público, enquanto em 2007 o percentual subiu para 8,6% (IBGE, PNAD, 2008). No entanto, há muito mais pessoas ocupadas em atividades relacionadas à provisão de serviços ou bens públicos, uma vez que grande parte dessa provisão é realizada por organizações da sociedade civil e de mercado. Os postos de trabalho do grupamento "educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social", utilizado pelo IBGE (2010), representavam 21,5% do total de pessoal ocupado em 2007 no Brasil. O grupamento estava entre os que apresentavam os maiores níveis de rendimento e teve aumento de 2,7% nos postos de trabalho, entre 2005 e 2006.

A partir do final dos anos 90, passaram a ser particularmente relevantes, para a análise e ação no campo das políticas públicas, os padrões constituídos por grandes reformas nacionais e pelas relações entre os níveis nacional e sub-nacionais de governo. No caso brasileiro, a Ciência Política e a Administração Pública têm contribuído para o entendimento dos processos de descentralização e de redefinição das relações entre os níveis de governo, dos papéis e das capacidades administrativas e decisórias de municípios, estados e do governo federal; as relações entre políticos e burocracias, competição eleitoral e seu impacto na agenda congressual, coalizões governamentais e seu impacto sobre a estabilidade e desempenho governamental, o debate sobre processos de delegação e controle sobre burocracias públicas. A sociologia política, por sua vez, tem investigado as relações entre capital social e produção de políticas. Diferentes tipos e níveis de engajamento cívico, as percepções e atitudes das elites e os padrões historicamente estruturados de interação social são examinados através da teoria do capital social, e de sua problematização, na busca de explicações para as diferenças de desempenho na implementação de políticas públicas.

As políticas sociais são implementadas de forma sistemática em países capitalistas desde a segunda metade da década de 40, no período pós II Guerra Mundial, especialmente na Europa Ocidental. Na América Latina, a manutenção de altos níveis de desigualdades sociais contribuiu para a reflexão sobre suas origens e a elaboração de propostas que redefiniram os modelos latino-americanos anteriores, restritivos tanto à oferta de benefícios e de serviços quanto ao acesso aos mesmos. A constituição do Mercosul e de outros blocos regionais desencadeou o debate público e das análises dessas políticas em

termos regionais e globais e a realização de ações voltadas à harmonização das políticas sociais.

Entretanto, apesar da crescente importância das políticas sociais e da atuação governamental, do aumento dos empregos na administração pública ou em organizações não governamentais e privadas, que atuam no campo das políticas sociais, da consolidação gradativa do Mercosul e do avanço da participação do País no processo de mundialização, eram poucos os centros de ensino superior e os cursos que preparavam profissionais para atuarem na área. O Censo da Educação Superior de 2006 constatou a existência de 90 cursos de graduação que ofereciam diferentes tipos de formação para gestão pública. Desses, 60 (67%) eram cursos tecnológicos: 54 na área de Administração Pública; cinco na área de Segurança Pública e um na área de Competências Gerenciais voltadas para o terceiro setor. Do total de 91 cursos somente três eram da área de Ciências Sociais e apenas cinco estavam localizados no Rio Grande do Sul.

A criação do curso de Políticas Públicas da UFRGS visava a suprir a lacuna, formando profissionais para cumprir papel estratégico no processo de aceleradas mudanças que afetam o arranjo social atual. Profissionais capazes de atuarem na administração pública, em organizações internacionais, da sociedade civil e do mercado. Indivíduos aptos a se posicionarem sobre o papel do Estado, da sociedade civil e do mercado na provisão de bens e serviços públicos, sobre a mundialização, as mudanças nos padrões de emprego, a desindustrialização e o crescimento do setor de serviços da economia são essenciais na atual conjuntura. Por isso, optou-se pela formação de analistas em uma perspectiva interdisciplinar que os capacitasse tanto a explicar porque determinadas políticas são formuladas e implementadas e o modo como são executadas, quanto a intervir no campo das políticas públicas.

O Curso de Políticas Públicas da UFRGS resultou da convergência de interesses dos Departamentos de Sociologia e de Ciência Política, com o apoio do Departamento de Antropologia. A proposta é a de formar um profissional polivalente, com capacidade teórico-metodológica para, por um lado, realizar diagnósticos rigorosos dos problemas sociais e político-institucionais que afetam a população, particularmente aqueles que estão excluídos do acesso à participação política e a bens e serviços culturais e sociais. Por outro, o analista deve ser capaz de assessorar e dirigir processos de planejamento e ações que visem alterar a realidade social e política no sentido de tornar as instituições e o acesso a bens e serviços sociais mais democráticos.

Projeto político-pedagógico: objetivos, essência, perfil do egresso, características e particularidades

No Curso de Políticas Públicas da UFRGS existem duas ênfases: Políticas Sociais e Governo. Uma das suas características é a abordagem interdisciplinar utilizada para favorecer a compreensão não apenas das condições em que atores políticos tomam decisões e fazem escolhas, mas também das oportunidades abertas e das conseqüências de determinadas decisões e escolhas. Para isso, é fundamental o emprego de ferramentas conceituais que permitam examinar, sob vários ângulos, os processos decisórios e de implementação de políticas, de modo a orientar a ação de gestores no planejamento, gestão, monitoramento e avaliação de políticas, com o objetivo de produzir mudanças ou de garantir a continuidade de processos. Tais instrumentos favorecem a incorporação da dimensão sócio-espacial - áreas territoriais das cidades, metrópoles, estados, países - à análise e ao processo decisório, entendida como indutora de exclusão social, de vulnerabilidade social, de diferentes tipos de "riscos" sociais, e padrões de interação social. Permitem também que se identifiquem comunidades de especialistas em políticas públicas específicas e sua influência em processos decisórios que ocorrem, crescentemente, em contextos de redes políticas, nas quais diversos atores se confrontam, articulam e constroem consensos provisórios ou estratégicos para a formulação e a implementação de políticas.

O Curso incorpora tais contribuições, considerando que o analista a ser formado deverá ser capaz tanto de compreender os contextos em que atua como de agir sobre eles. O objetivo é preparar profissionais para a administração pública e organizações internacionais, sociais e de mercado, capazes de analisar as relações entre o Estado e a sociedade de uma forma integrada, examinando suas problemáticas e tendências e intervindo para a consecução de políticas eficazes. O curso enfatiza ainda as análises comparativas entre países e blocos - Comunidade Européia e Mercosul - preparando os profissionais para atuarem nas organizações regionais, como representantes brasileiros nos blocos ou como funcionários dessas organizações. O analista deve conhecer as possibilidades e limites políticos e administrativos decorrentes dos processos de descentralização e democratização da gestão pública em curso no País e ser capaz de avaliar a influência das organizações e agências internacionais na formação da agenda e na definição da natureza das políticas adotadas no Brasil e em outros países. O egresso deve estar apto a responder, em organizações do Estado, internacionais, da sociedade civil e do

mercado às demandas que o avanço da democracia e da consciência dos direitos humanos, sociais, étnicos, sexuais, de gênero estão inscrevendo na agenda pública.

O egresso, além de atuar na esfera governamental, poderá exercer atividades junto a organizações da sociedade civil, nacionais e internacionais, e a organismos inter-governamentais internacionais. Para isso, o aluno deverá adquirir uma sólida formação metodológica e conhecimento de diferentes técnicas e instrumentos de análise de dados que o habilitem a desenhar e a realizar pesquisas, a coletar e a processar dados e informações (interpretar evidências empíricas, realizar teste de hipóteses, desenvolver inferências causais, elaborar e interpretar indicadores de sociais e de políticas públicas). O Curso pode, por um lado, criar oportunidades para a mobilidade social do egresso, pois, ao final dos quatro anos de curso, ele terá adquirido o treinamento e as ferramentas técnicas e analíticas necessárias para o exercício de uma atividade nova e altamente qualificada. Em segundo lugar, como formadora de “quadros de Estado”, a UFRGS estará formando recursos humanos com novas qualificações técnicas, necessárias para a efetividade e a eficácia das políticas públicas. Propondo, monitorando e avaliando políticas, programas, projetos e ações públicas, caracterizadas pela transparência e pela incorporação de mecanismos de prestação de contas à população, este novo profissional ocupará no mercado de trabalho um espaço, até agora, marcado pela improvisação e pela ausência de qualificação adequada às necessidades de melhoria na prestação de serviços públicos no País.

Síntese da estrutura curricular

O Curso de Políticas Públicas da UFRGS tem um campo empírico determinado - as políticas públicas - uma abordagem interdisciplinar e de natureza aplicada. O foco temático delimitado e a formação profissional aplicada diferenciam o Curso daqueles que oferecem uma formação humanista e generalista, como, em geral, os cursos tradicionais na área de ciências humanas, especialmente o de Ciências Sociais. Sua estrutura curricular foi, em parte, inspirada em cursos oferecidos em instituições tradicionais como o curso de Government da John F. Kennedy School da Harvard University⁵, os cursos de Government e de Social Policy da London School of Economics and Political Science^{6 7} da University of London e de Comparative Social Policy da University of Oxford⁸, que buscam capacitar os

⁵ <http://webdocs.registrar.fas.harvard.edu/courses/Government.html>

⁶ <http://www.lse.ac.uk/resources/undergraduateProspectus2009/courses/Government/L230.htm>

⁷ http://www.lse.ac.uk/resources/undergraduateProspectus2009/courses/Social_Policy/L400.htm

⁸ <http://www.spsw.ox.ac.uk/students/prospective/courseinfo/msc-mphil-csp.html>

alunos na análise, na elaboração e na avaliação de políticas sociais, diagnósticos sobre a eficiência, a transparência e a responsabilização governamental e o treinamento metodológico para desenvolver pesquisas aplicadas e para avaliar indicadores sociais e políticos. Assim, as disciplinas visam capacitar o egresso a: propor, monitorar e avaliar os resultados de políticas voltadas à melhoria do desempenho de instituições públicas, ao incremento da transparência e da efetividade de mecanismos de prestação de contas governamentais; potencializar as capacidades estatais para promover o desenvolvimento e reduzir as desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, implantar mecanismos de publicização e *accountability* do processo de tomada de decisões relativas à formulação e à implementação de políticas, programas, projetos e ações. A perspectiva interdisciplinar estimula a formação de egressos que dominem conteúdos básicos das áreas de Ciência Política, Sociologia, Antropologia, Administração, Ciências Jurídicas, Economia, Psicologia e Relações Internacionais.

A estrutura curricular é flexível e tem um elenco de disciplinas obrigatórias, obrigatório-alternativas e eletivas. Como já foi dito, a formação é interdisciplinar, evitando a superficialidade generalista, com opção de ênfase delimitada em torno de Políticas Sociais ou de Instituições e Processos Governamentais.

Quadro 1 Caráter das disciplinas do curso de Políticas Públicas da UFRGS

Disciplinas	Horas
Obrigatórias	660
Eletivas	1410
Obrigatório-alternativas	240
Complementares	90
Total	2400

A estrutura curricular e a oferta de disciplinas estão organizadas em dois eixos básicos: *Políticas Sociais* e *Governo*. As disciplinas obrigatórias compõem um núcleo comum que oferece conhecimentos básicos e desenvolve habilidades fundamentais para a formação do analista de políticas públicas. Parte dessas disciplinas é transversal aos dois eixos, como é no caso de Políticas Públicas – Introdução, de Etnografias do Poder e da Política, de Orçamento Público B, de Metodologia I: Análise de Dados e de Metodologia II: Instrumentos de Planejamento, Gestão e Avaliação. O treinamento metodológico, comum aos dois eixos,

completa a formação básica, através de disciplinas obrigatórias que, após oferecer um panorama da pesquisa social contemporânea, abordam:

(a) elaboração de projetos e relatórios diagnósticos de situação, avaliação de processos e resultados, análise e intervenção em diferentes áreas de política social e de instituições e processos governamentais, e,

(b) técnicas de coleta e de análise de dados com conhecimentos de estatística descritiva e inferencial, tais como: níveis de mensuração; síntese e apresentação dos dados usando métodos gráficos; distribuição normal; idéias básicas de amostragem e de inferência estatística; amostragem de populações finitas; distribuição amostral de proporções, médias de estimação e teste de hipóteses; testes de ajuste; mensuração de associação e correlação e testes simples de significância; regressão linear simples e múltipla.

Outras, derivadas dos eixos *Políticas Sociais* - Políticas Sociais Comparadas e Análise e Implementação de Políticas Sociais - e *Governo* - Instituições Políticas Comparadas e Governo e Políticas Públicas -, são fundamentais para a formação de uma analista de políticas públicas, independentemente de sua preferência pela análise de governos ou de políticas sociais.

Políticas Sociais corresponde à dimensão das políticas públicas voltadas à oferta de bens e serviços sociais, através de arranjos sociais mistos entre Estado, família, setor voluntário e mercado, para o financiamento, provisão e distribuição de tais bens e serviços. Os conteúdos básicos do eixo envolvem, principalmente, as sub-áreas de conhecimento da sociologia política e das políticas públicas para a análise:

(a) do modo como fatores sociais e políticos, macro e micro sociológicos, interagem para produzir tais arranjos sociais em diferentes sociedades e, particularmente, no Brasil;

(b) do processo conflitivo e da construção de consensos entre atores Estatais, de mercado e da sociedade civil e do processo de consolidação e mudança institucional envolvidos na oferta de tais bens e serviços, identificando padrões e tendências internacionais, nacionais, sub-nacionais e locais;

(c) a análise desses arranjos sociais e processos políticos e institucionais nas diferentes áreas de políticas sociais e no tratamento de temas emergentes na agenda pública (quilombolas, crianças de rua, prevenção da violência, por exemplo) ou transversais às diferentes áreas de políticas sociais (gênero, etnia, por exemplo);

(d) a análise dos processos de formação e mudança de tipos de sistemas de bem estar em países desenvolvidos, países em desenvolvimento e principalmente no Brasil; [e] a análise

da atuação e da influência de organismos regionais e internacionais na formação e implementação de políticas sociais, particularmente nos países do Mercosul.

O eixo *Governo* compreende conteúdos relativos aos elementos das instituições e dos processos políticos, ou seja, as regras políticas que definem a moldura institucional das decisões públicas, bem como os processos decisórios e seus atores com poder de veto. Disciplinas de conteúdo básico neste eixo contemplam:

- (a) modelos analíticos para a compreensão da dinâmica das instituições políticas em contextos de economia de mercado e de competição eleitoral e os graus de liberdade à disposição das instituições públicas para a definição de prioridades de gasto e políticas públicas;
- (b) análise comparada sobre variações em estruturas de governo, relações inter-institucionais entre políticos e burocracias, Executivo-Legislativo e Poder Judiciário e seus efeitos sobre *accountability* em instituições poliárquicas;
- (c) governo, políticas públicas e federalismo no Brasil.

O curso prevê uma formação básica, com duração de 600 horas de ensino (25% do total do curso), distribuídas nos seis primeiros semestres, nas seguintes disciplinas obrigatórias:

Quadro 2 Disciplinas obrigatórias no Curso de Políticas Públicas da UFRGS

OBRIGATÓRIAS						
Código	Disciplina	Pré-requisitos	Carga Horária	Créditos	Caráter	Etapa
SOC	Políticas Públicas - Introdução	-	60	04	OB	1
CPO	Instituições Políticas Comparadas	-	60	04	OB	1
SOC	Políticas Sociais Comparadas	-	60	04	OB	1
CPO	Governo e Políticas Públicas	Políticas -Públicas - Introdução E Instituições Políticas Comparadas	60	04	OB	2
SOC	Análise e Implementação de Políticas Sociais	Políticas Públicas - Introdução E Instituições Políticas Comparadas	60	04	OB	2
CPO	Governo, Federalismo e Políticas Públicas no Brasil	Instituições Políticas Comparadas E Governo e Políticas Públicas	60	04	OB	3

ANT	Etnografias do Poder e da Política	Políticas Públicas - Introdução E Instituições Políticas Comparadas	60	04	OB	3
ECO2024	Orçamento Público B	Governo e Políticas Públicas E Análise e Implementação de Políticas Sociais	60	04	OB	4
CPO	Metodologia I: Análise de Dados	Governo e Políticas Públicas E Análise e Implementação de Políticas Sociais	90	06	OB	4
SOC	Metodologia II: Instrumentos de Planejamento, Gestão e Avaliação	Metodologia I: Análise de Dados	90	06	OB	5

Na estrutura curricular consta um elenco de disciplinas eletivas, distribuídas nas duas áreas de concentração do curso, além de disciplinas afins, oferecidas em outros cursos de graduação da UFRGS. Do total de 1.410 horas cumpridas em disciplinas eletivas, o aluno deverá completar 600 horas em uma das áreas de concentração (*Políticas Sociais* ou *Governo*); as demais 810 horas serão, por livre escolha do aluno, realizadas em disciplinas que integram a ênfase paralela à sua opção, ou disciplinas oferecidas por outros cursos.

O núcleo básico de disciplinas obrigatórias, de formação analítica e metodológica, somado às disciplinas eletivas, realizadas dentro da área de concentração escolhida (*Políticas Sociais* ou *Governo*), representa 52,5% da carga horária total do Curso, assegurando um núcleo consistente interdisciplinar, tendo em vista as disciplinas - Ciência Política e Sociologia - que fundamentam a formação do analista.

As disciplinas de livre escolha (dentro ou fora do curso) e complementares representam 37,5% da carga horária total o que assegura o caráter flexível e multidisciplinar do curso. A concentração de disciplinas eletivas de Políticas Sociais ou de Governo, segundo a ênfase escolhida pelo aluno (Políticas Sociais ou Governo), definirá o perfil do profissional egresso. Os 10% restantes da carga horária correspondem às atividades de Estágio Curricular e ao Trabalho de Conclusão.

Além disso, o Curso prevê a realização de estágio obrigatório em instituições governamentais, ou em fundações públicas, ou junto ao Poder Legislativo, ou em Partidos Políticos, ou em Organizações Internacionais, ou em Organizações Não-Governamentais, ou em entidades e associações da sociedade civil ou em empresas, nos marcos da Lei 11.788/2008. Estão previstas 120 horas de Estágio Curricular, cumpridas em duas disciplinas de caráter obrigatório-alternativo, no quinto e sexto semestres do curso. Para

inscrever-se no Estágio 1, o aluno deverá ter cumprido 1.200 horas em disciplinas do curso (ou 50% do total). Conforme a ênfase escolhida (Políticas Sociais ou Governo), o aluno escolherá o local de estágio, dependendo da oferta e correspondente matrícula disciplinar. Semestralmente, será designado um ou mais professores para orientar a atividade de Estágio. Ele deve avaliar, organizar e aprovar o encaminhamento do aluno para a instituição escolhida, acompanhar as atividades de estágio, através de entrevistas e relatórios parciais, e avaliar o relatório final, aferindo o desempenho de cada aluno e procedendo à avaliação final na atividade.

ESTÁGIOS						
Código	Disciplina	Pré-requisitos	Carga Horária	Créditos	Caráter	Etapa
	Estágio 1	1200 horas (ou 80 créditos)	60	04	OBAL	5
	Estágio 2	Estágio 1	60	04	OBAL	6

A aprovação no curso e a obtenção do grau de Bacharel Analista de Políticas Públicas exige a realização de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), realizado em duas etapas: no sétimo e oitavo semestres. As disciplinas TCC1 (Governo ou Políticas Sociais) têm um professor responsável e o aluno, um professor-orientador, a ser definido entre este e o aluno, encarregado de supervisionar e orientar o desenvolvimento do trabalho final. Ao final do semestre, o aluno deve apresentar uma primeira versão do trabalho, avaliada pelo professor responsável pela disciplina. Obtida a aprovação, o aluno deve matricular-se em TCC2 (Governo ou Políticas Sociais). O professor-orientador deve ser o mesmo. O trabalho de conclusão deve utilizar dados e informações coletadas no decorrer do Estágio Curricular.

Visão de futuro

No momento, esforços têm sido depositados no incremento da perspectiva aplicada da formação e treinamento do analista, através da realização de painéis e conferências públicas, com pesquisadores da temática, autoridades governamentais, dirigentes do Poder Legislativo, representantes de consultorias e organizações não-governamentais relacionadas ao monitoramento de políticas públicas (PNUD, Transparency International) e empresas de sondagem de opinião pública. Pretende-se ainda criar uma ampla rede de parcerias e convênios com instituições públicas, órgãos governamentais federais, estaduais e

municipais, Poder Legislativo, organizações não-governamentais, associações civis, empresariais, partidos políticos, imprensa, agentes econômicos, que permitam, a absorção de alunos para a realização de Estágios curriculares.

Outro objetivo é a expansão do corpo docente. Além dos novos docentes incorporados em 2010 através de concurso público, pretende-se realizar, em 2011, mais um concurso específico para o curso. Para isso já existe uma vaga garantida pelo departamento ao qual o curso está vinculado (departamento de Sociologia).

Futuramente, quando se atingir a consolidação das atividades de ensino e a implantação de uma infra-estrutura adequada, será possível, ainda, planejar atividades em módulos específicos de ensino à distância (EAD), complementares ao curso presencial.

Tais medidas visam viabilizar o futuro desejado, expresso no tipo de profissional que almejamos formar: analistas de políticas públicas capazes tanto de compreender os contextos em que atuam, como de agir sobre eles; profissionais para a administração pública e organizações internacionais, sociais e de mercado, capazes de analisar as relações entre o Estado e a sociedade, examinando suas problemáticas e tendências e intervindo para a consecução de políticas eficazes; profissionais aptos a responder às demandas que o avanço da democracia e da consciência dos direitos humanos, sociais, étnicos, sexuais, de gênero está inscrevendo na agenda pública. Em que medida a estrutura curricular proposta e, principalmente, o cotidiano, o dia a dia do Curso, vão propiciar que esse futuro se torne realidade, está para ser visto. Por enquanto, para que isso aconteça, dependemos da sensibilidade do corpo docente para a realização de avaliações constantes, que possam eventualmente redefinir rumos e viabilizar a realização desse futuro.

Referências

- CASTRO, J. A. de; RIBEIRO, J. A.; CHAVES, J. V.; DUARTE, B. de C.; e, SIMÕES, H. B. 2007. **Gasto social e política macroeconômica: trajetórias e tensões no período 1995-2005.** Texto para Discussão [1324]. Brasília, IPEA.
- DRAIBE, S. 2002. **Proteção social após vinte anos de experiência reformista.** Taller inter regional. PNUD/UN Santiago, Chile.
- FERNANDES, M. A. da ; ROCHA, D. C. C. da; OLIVEIRA, M. M. S. de; RIBEIRO, J. A. C.; AQUINO, L. M. C.. 1998. **Gasto social das três esferas de governo – 1995.** Texto para Discussão [598]. Brasília, IPEA.
- IBGE. 2008. http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/ [on line].

MEDEIROS, M.; BRITTO, T. e SOARES, F. 2007. **Programas focalizados de transferência de renda no Brasil**: contribuições para o debate. Texto para Discussão [1283]. Brasília, IPEA.

TILLY, C. 2007. **Democracy**. New York: Cambridge University Press.